



**INTERNACIONAIS LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**NEOEXTRATIVISMO E RESISTÊNCIA NO NORTE DE MINAS GERAIS:
PROJETO DO BLOCO 8 E A COMUNIDADE TRADICIONAL DOS GERAIZEIROS
DO VALE DAS CANCELAS**

CARLOS RIBEIRO SILVA

Foz do Iguaçu
2024



**INTERNACIONAIS LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**NEOEXTRATIVISMO E RESISTÊNCIA NO NORTE DE MINAS GERAIS: PROJETO DO
BLOCO 8 E A COMUNIDADE TRADICIONAL DOS GERAIZEIROS DO VALE DAS
CANCELAS**

CARLOS RIBEIRO SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Relações Internacionais para Docentes da Educação Básica do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e ao Centro Interdisciplinar de Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) como requisito à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais em Docência da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dra. Paula Daniela Fernández

Foz do Iguaçu
2024

NEOEXTRATIVISMO E RESISTÊNCIA NO NORTE DE MINAS GERAIS: PROJETO DO BLOCO 8 E A COMUNIDADE TRADICIONAL DOS GERAIZEIROS DO VALE DAS CANCELAS

CARLOS RIBEIRO SILVA¹

Resumo: Este artigo aborda o modelo de neoextrativismo e seus impactos socioeconômicos e ambientais no contexto brasileiro, especificamente o Projeto Bloco 8, operado pela Sul América de Metais (SAM) no Vale das Cancelas, Minas Gerais, e as implicações desse empreendimento para a Comunidade dos Geraizeiros. Com a expansão da influência da China na América Latina, impulsionada pela demanda de commodities e matérias-primas, projetos como o Bloco 8 têm se inserido em uma lógica de exportação primária que reforça a dependência econômica de setores extrativistas. O estudo examina as perspectivas de desenvolvimento e as promessas de geração de emprego e crescimento econômico associadas ao projeto, contrastando-as com as críticas e as resistências dos Geraizeiros, que veem seus territórios e modos de vida ameaçados. A análise evidencia os conflitos e desafios no Vale das Cancelas, destacando a resistência comunitária e a necessidade de políticas ambientais e sociais que considerem o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação cultural e ambiental.

Palavras-chave: Neoextrativismo; Desenvolvimento; Impacto ambiental; Capital Chinês; Projeto Bloco 8.

Resumen: Este artículo aborda el modelo de neoextractivismo y sus impactos socioeconómicos y ambientales en el contexto brasileño, específicamente el bloque 8, operado por Sul América de Metais (SAM), en Vales das Cancelas, Minas Gerais, y las implicaciones de este proyecto para la comunidad de Geraizeiros. Con la expansión de la influencia de China en América Latina, impulsada por la demanda de commodities y materias primas, Proyectos como el Bloque 8 se han insertado en una lógica de expansión primaria que refuerza la dependencia económica de los sectores extractivos. El estudio examina las perspectivas de desarrollo e las promesas de creación de empleo e crecimiento económico asociadas al proyecto, contrastándolas con la crítica y resistencia de los Geraizeiros, que ven amenazados sus territorios y formas de vida. El análisis destaca los conflictos e desafíos en el Vale das Cancelas, destacando la resistencia comunitaria y la necesidad de políticas ambientales y sociales que considere el equilibrio entre desarrollo económico y la preservación cultural y ambiental.

Palabras clave: Neoextractivismo; Desarrollo; Impacto ambiental; Capital Chinés; Proyecto Bloque 8.

¹ Professor da educação básica no Estado da Bahia, licenciado em história pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC (2009); bacharelado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Pós-graduado em CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E AO MUNDO DO TRABALHO (2023) carlosribeirobaiano@gmail.com.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	5
NEOEXTRATIVISMO E MINERAÇÃO -----	9
O VALE DAS CANCELAS: POPULAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS ----- -----	12
O PROJETO BLOCO 8 -----	16
NEOEXTRATIVISMO, REPRIMARIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA -----	17
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS -----	19
CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NAS COMUNIDADES LOCAIS -----	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	23
REFERÊNCIAS -----	24

INTRODUÇÃO

A pressão sobre os recursos naturais da América Latina intensificou-se com a crescente demanda por *commodities*² no mercado internacional, especialmente na última década. Este cenário reflete o modelo de “neoextrativismo”, termo que representa a exploração massiva e acelerada de recursos naturais, com pouco valor agregado localmente, para atender às demandas de economias desenvolvidas e no caso específico emergentes, como a da China. Nesse contexto, a mineração destaca-se como uma das atividades mais impactantes, reconfigurando ecossistemas e comunidades locais. Entre os projetos em desenvolvimento no Brasil, o Bloco 8, de propriedade da Sul América de Metais (SAM) e com significativo capital chinês, ilustra de forma explícita essa dinâmica. Localizado no Vale das Cancelas, Norte de Minas Gerais, o projeto pretende estabelecer uma das maiores operações de mineração de minério de ferro do país. No entanto, essa iniciativa confronta-se com a resistência de comunidades tradicionais, como os Geraizeiros³, que vivem na região há várias gerações e dependem diretamente dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental para sua subsistência e preservação de sua identidade cultural.

A escolha pelo estudo do Projeto Bloco 8, e sua associação ao neoextrativismo impulsionado pela China, é justificada pela necessidade de analisar as contradições entre os benefícios econômicos propagados pela empresa e pelo governo e os impactos que a instalação de um projeto dessa magnitude pode gerar para as populações locais e para o meio ambiente. A perspectiva de desenvolvimento trazida pelo Bloco 8 se alinha com o discurso do Estado sobre “progresso” e “geração de emprego e renda”, mas também carrega a ilusão de desenvolvimento baseada na exportação de recursos primários, conforme apontado por teóricos como Svampa (2019). Este modelo, amplamente adotado em diversos países da América Latina, revela-se um caminho que frequentemente desconsidera os impactos de longo prazo sobre as comunidades locais, ao mesmo tempo em que reforça uma dependência econômica por meio de um mercado internacional desbalanceado, onde os lucros se concentram fora das regiões exploradas.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa questiona: Quais são os impactos sociais, econômicos e ambientais que o Projeto Bloco 8 pode gerar para a Comunidade dos Geraizeiros no Vale das Cancelas? E de que forma este projeto ilustra as características do modelo neoextrativista dependente da demanda chinesa por matérias-primas minerais que são produzidos em larga escala,

² Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

<https://www.epsjv.fiocruz.br/commoditiesdefinicao#:~:text=Commodities%20s%C3%A3o%20produtos%20de%20origem,o%20trigo%20e%20o%20petr%C3%B3leo.> Acessado em 31 de Outubro de 2024.

³ Termo usado para designar o grupo de comunidades tradicionais que vivem no norte de Minas Gerais, em uma região de transição entre o Cerrado e a Caatinga.

as commodities? Este estudo busca analisar os efeitos do Projeto Bloco 8 no Vale das Cancelas, com ênfase nas implicações para a Comunidade dos Geraizeiros, para compreender como a lógica do neoextrativismo, intensificada pela demanda chinesa, molda as dinâmicas socioambientais e econômicas da região. Identificaremos ainda, as principais promessas e justificativas econômicas associadas ao Projeto Bloco 8 e como estas se alinham ao modelo neoextrativista, avaliando os potenciais impactos socioambientais do projeto para a Comunidade dos Geraizeiros, considerando sua cultura, formas de vida e o uso tradicional da terra, examinaremos também a influência da demanda chinesa e o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento de projetos extrativistas no Brasil e suas consequências para a economia e o meio ambiente e, por fim, investigaremos as estratégias de resistência e as respostas das comunidades locais ao Projeto Bloco 8, com foco nos movimentos liderados pela Comunidade dos Geraizeiros.

Metodologicamente, o estudo em tela de natureza exploratória está assentado na análise documental em revistas, artigos e textos acadêmicas, livros e no relatório de Licenciamento Ambiental EIA/RIMA, este último, referente à implantação do Projeto do Bloco 8. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos sobre o neoextrativismo, centrada na obra de SVAMPA (2019), como embasamento teórico desta análise. Em seguida, foi realizada uma análise de documentos institucionais e governamentais sobre o Projeto Bloco 8 e o processo de licenciamento ambiental, incluindo o RIMA (2019) e declarações das partes envolvidas, como o governo estadual, empresas e organizações de proteção ambiental e as recomendações do Ministério Público Federal acerca da consulta prévia a partir da Convenção 169 (OIT, 1989), buscando compreender também as perspectivas das populações locais sobre os impactos do Projeto do Bloco 8 na dinâmica comunitária das populações afetadas pelo empreendimento minerário.

O trabalho está seccionado em: 1 Introdução: Nesta seção inicial, apresento o tema central do artigo e o contexto em que ele está inserido. Descrevendo brevemente o conceito de neoextrativismo e como ele se relaciona com a mineração no Brasil, especialmente com o Projeto Bloco 8, da Sul América de Metais. A introdução inclui a justificativa do estudo, o problema de pesquisa focado nos impactos do neoextrativismo e da mineração para as comunidades locais e o meio ambiente, além dos objetivos gerais e específicos da análise. 2 Neoextrativismo e Mineração: Este tópico explora o conceito de neoextrativismo, conforme definido por autores como SVAMPA (2019), que critica os modelos de exploração de recursos naturais que priorizam o crescimento econômico às custas de impactos sociais e ambientais. Contextualiza o neoextrativismo como uma continuação da história de exploração da América Latina, vinculando-o aos processos de colonialismo e dominação econômica. 3 O Vale das Cancelas: População e Características Socioambientais: Descrevo a região do Vale das Cancelas, incluindo sua população, cultura, e

características ambientais. Falando sobre a presença dos Geraizeiros e as particularidades do bioma local, como o Cerrado. Essa contextualização é importante para entender os impactos potenciais da mineração no modo de vida das comunidades locais, além dos riscos ambientais para os recursos hídricos, a fauna e a flora da região.

4 O Projeto do Bloco 8: A seção dedicada ao Bloco 8 deve descrever o projeto de mineração em si, incluindo suas dimensões, localização, e metas de extração. Discuta os interesses envolvidos, como o papel do capital estrangeiro (especificamente chinês) no desenvolvimento do projeto, como a Empresa Sul América de Metais a SAM, se estabeleceu na região dos municípios de Grão Mongol no distrito do Vale das Cancelas, Padre Carvalho e Josenópolis, explicando as implicações do Bloco 8 para a região, desde o ponto de vista econômico até os potenciais impactos sociais e ambientais.

5 Neoextrativismo, Reprimarização e Dependência: Esta seção contextualiza o Bloco 8 dentro de uma análise mais ampla das tendências econômicas de reprimarização e dependência, explicando como o Brasil e outras economias latino-americanas se mantêm como fornecedores de matérias-primas para países mais desenvolvidos. A relação entre reprimarização econômica e dependência evidencia as limitações desse modelo, em que os países produtores se tornam dependentes de exportações primárias e enfrentam desafios para diversificar suas economias.

6 Impactos Socioambientais: Aqui, discutimos os impactos diretos do Bloco 8 sobre o meio ambiente e as comunidades locais, abordando aspectos como desmatamento, contaminação de águas, e deslocamento populacional. Considerando a degradação dos recursos naturais e os problemas sociais gerados, como a perda de territórios e a alteração do modo de vida das comunidades locais.

7 Conflito e Resistências nas Comunidades Locais: Nesta seção, descrevemos os movimentos de resistência e o papel de organizações como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Comentando como estes movimentos sociais organizados se posicionam contra os impactos do Bloco 8, defendendo os direitos dos moradores do Vale das Cancelas e buscando alternativa ao modelo de “desenvolvimento” que querem implementar com o extrativismo.

Considerações Finais, abordo as como a discussão do Projeto Bloco 8 no Norte de Minas Gerais, operado pela Sul América de Metais - SAM com capital chinês, como um exemplo do modelo neoextrativista no Brasil. Modelo que sustenta a dependência econômica e a degradação ambiental, sobretudo para atender à demanda chinesa por recursos E comento sobre a flexibilização da legislação ambiental desde 2016, grandes empreendimentos têm avançado em áreas sensíveis, impactando diretamente comunidades tradicionais, como os Geraizeiros do Vale das Cancelas e as

Referências: Que contém todas as fontes utilizadas na construção do trabalho, incluindo livros, artigos acadêmicos, e relatórios de organizações locais.

Por fim, presente artigo visa, portanto, promover uma reflexão crítica sobre o impacto dos projetos de mineração de larga escala no Brasil, discutindo a compatibilidade entre as necessidades de preservação ambiental e de valorização das comunidades locais com as demandas do mercado global, especialmente na relação Brasil-China.

NEOEXTRATIVISMO E MINERAÇÃO

Svampa (2019) aborda com uma dinâmica complexa inserida nas estruturas globais do capitalismo, o termo Neoextrativismo: “Nessa primeira aproximação, me interessa abordar algumas leituras que apontam para a pluridimensionalidade e a multiescalaridade do fenômeno” (SVAMPA, 2019, p. 24). Assim, ela percorre um caminho que analítico chegando ao conceito de Neoextrativismo. Conceito de neoextrativismo, conforme abordado por SVAMPA (2019), vai além de uma simples descrição das práticas de extração de recursos naturais. Trata-se de uma categoria crítica que analisa e questiona as relações de poder entre o Norte e o Sul global, bem como entre os centros econômicos e as periferias.

Esse conceito destaca as responsabilidades diferenciadas que esses grupos têm no cenário mundial, chamando atenção para a insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento baseados no extrativismo. Como aponta Svampa, o neoextrativismo “(..) alude a padrões de desenvolvimento insustentáveis e adverte sobre o aprofundamento de uma lógica de espólio” (SVAMPA, 2019, p. 24), reforçando os desafios e as consequências ambientais e sociais associados a esse modelo.

Daí não só um fator que pode explicar a dinâmica da crise atual, mas a soma de fatores ao longo dos séculos, perpassando desde a colonização da América Ibérica no Século XVI com a expropriação dos recursos naturais e domínio e extermínio dos povos ancestrais, até os dias atuais no Século XXI, com a dominação ideológica e imposição econômicas de dominação não mais por empreendimento da coroa metropolitana Ibérica, mas de transnacionais de capital internacional, mantendo as mesma relações de centro e periferia, mas de uma maneira mais dinâmica e sutil, mas igualmente desleal,

Este ponto analítico é importante em sua crítica na construção do conceito “Neoextrativismo”, pois na perspectiva de que as raízes históricas do extrativismo os autores que ela cita, como o equatoriano Alberto Acosta, o argentino Horacio Aráoz, o venezuelano Terán Mantovani e o uruguaio Eduardo Gudynas, reconhecem como modelo de acumulação, cada um dentro de suas especificidades teóricas.

Svampa, citando Alberto Acosta, destaca a natureza histórica e estrutural do extrativismo, evidenciando que ele é uma forma de acumulação forjada há séculos, desde o início do capitalismo. O ponto central da crítica reside na percepção de que o extrativismo sempre foi moldado pelas demandas dos centros metropolitanos, ou seja, pelas potências econômicas que, desde o período colonial, exploram os recursos naturais dos países periféricos para sustentar seu crescimento. Isso cria uma dependência contínua, onde países do Sul Global, como os da América

Latina, permanecem relegados à condição de fornecedores de matérias-primas, sem romper com essa lógica de subordinação:

Para o economista equatoriano Alberto Acosta (2012), ‘o extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada maciçamente há quinhentos anos’ e que é determinada desde então pelas demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente. (SVAMPA, 2019, apud, ACOSTA, 2012, p 24).

A crítica ao modelo extrativista implica questionar a perpetuação de um ciclo de exploração que não gera desenvolvimento sustentável para os países explorados. Em vez de promover um progresso equitativo, o extrativismo mantém desigualdades históricas e reproduz uma relação desequilibrada entre centro e periferia, onde os benefícios da exploração são desproporcionalmente acumulados pelos países ricos, enquanto os impactos sociais e ambientais são suportados pelas nações mais vulneráveis.

Para SVAMPA (2019, apud ARÁOZ, 2013, p. 24-25), o extrativismo não deve ser entendido apenas como uma fase do capitalismo ou um problema restrito a economias subdesenvolvidas. Para esse autor argentino, trata-se de um traço estrutural do sistema capitalista global, moldado pela diferenciação geopolítica e hierárquica entre os territórios coloniais e as metrópoles imperiais.

Esses territórios coloniais foram historicamente tratados como meros espaços de saque e exploração, o que perpetua até hoje uma lógica de dominação, onde as economias periféricas continuam sendo fontes de recursos para as potências centrais (SVAMPA, 2019, p. 24-25). Portanto, o extrativismo é parte fundamental da dinâmica desigual do capitalismo, mantendo relações de poder que perpetuam a exploração e a dependência dos países colonizados.

Ainda de acordo com (SVAMPA, 2019, apud MANTOVANI, 2016, p. 25), o neoextrativismo deve ser entendido como uma forma específica de acumulação de capital, particularmente nas economias latino-americanas. Assim, Mantovani argumenta que essa dinâmica pode ser analisada a partir das esferas social e territorial, que envolvem o Estado-nação⁴, sem descartar a importância de outras escalas territoriais.

Desse modo, o extrativismo deve ser compreendido de uma maneira mais ampla, com seus impactos, revelando como ele se articula, não apenas no contexto nacional, mas também em nível global, perpetuando relações de dependência e exploração, especialmente em regiões ricas em

⁴ Termo que refere-se à forma de organização dos governos dos Estados Modernos e às organizações sociais que se estabeleceram em torno deles. Enquanto um estado pode ser definido como uma entidade política e geopolítica, nação é uma unidade étnica e cultural. In: 2014, Consulta. 2014-07-02.

recursos naturais, mas socialmente vulneráveis.

Segundo (SVAMPA, 2019, apud GUDYNAS, 2009b; 2015 p. 25), o extrativismo deve ser visto como um modelo de produção, e não apenas como uma forma de apropriação, uma vez que envolve a extração em grande escala de recursos naturais não processados, destinados à exportação. Este modelo de desenvolvimento promove uma economia pouco diversificada e fortemente dependente da inserção internacional como fornecedora de matérias-primas.

O autor afirma que ao longo do tempo, surgiram novas gerações de extrativismo, sendo as mais recentes marcadas pelo uso intensivo de recursos como água e energia (SVAMPA, 2019). Embora existam diferenças entre o extrativismo tradicional e o chamado neoextrativismo, no qual o Estado tem um papel mais ativo na redistribuição de riqueza para obter legitimidade social, ambos os modelos continuam a gerar impactos sociais e ambientais severos.

Assim, papel progressista de alguns governos ao tentar mitigar os danos socioambientais através de políticas redistributivas não consegue, no entanto, eliminar os efeitos negativos causados pela dependência do extrativismo.

Por seu turno, Svampa (2019) pontua que a análise do neoextrativismo revela tanto continuidades quanto rupturas. Continuidades no imaginário social sobre a natureza e suas riquezas:

(...) o *DNA* extrativista com que o capital europeu marcou longa memória da região também foi alimentando certo imaginário social sobre a natureza e suas benesses. (SVAMPA, 2019, p. 27,).

Para a autora, essa análise fomentou uma visão que moldou o imaginário social de que a exploração da natureza geraria o bem-estar social, o que não se concretizou, e o panorama das comunidades onde houve a exploração não se alterou em melhoria significativas da qualidade vida destas populações. Essa visão foi consolidada ao longo de sucessivos ciclos econômicos. No entanto, essa percepção oculta as contradições do modelo, que perpetua uma dependência econômica de recursos naturais, ignorando os impactos sociais e ambientais. Além disso, o papel do Estado foi central no licenciamento da atividade extrativista, desde os alvarás régios das “Metrópoles Europeias”, aos Estados recém surgidos ao longo do Século XIX na América Latina.

Quanto às rupturas geradas pela nova fase de acumulação capitalista, essas foram marcadas pela intensa exploração de recursos naturais e pela expansão da fronteira das commodities:

(...) a nova fase de acumulação do capital, caracterizada por uma intensa pressão sobre bens naturais e territórios, e mais ainda pela expansão vertiginosa da fronteira das *commodities*, abriu caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas, para resistências sociais impensáveis para o imaginário desenvolvimentista dominante. (SVAMPA, 2019, p. 27).

Essas ações coletivas emergentes desafiaram a ideia de progresso vinculada ao desenvolvimentismo, ao expor os danos gerados pela monocultura, como a perda de biodiversidade, grilagem de terras e destruição de territórios. Assim, o modelo atual não só aprofunda as crises socioambientais, mas também desencadeia movimentos que questionam sua legitimidade.

Portanto, Svampa 2019 revela a complexidade do neoextrativismo ao destacar tanto continuidades quanto rupturas no imaginário social e econômico da América Latina. As continuidades são evidentes na persistência da visão de que a exploração dos recursos naturais, dentro do modelo extrativista, geraria bem-estar social. Entretanto, essa ilusão falha ao não se concretizar, pois os ciclos de exploração não resultaram em melhorias significativas para as comunidades locais, que continuam marginalizadas.

Além disso, o Estado, desde a fase de colonização europeia, desempenha um papel central na legitimação dessas práticas. Reforçando o controle sobre os recursos naturais o que privilegia as elites dominantes dos países e os representantes do capital estrangeiro, em oposição ao decolonialismo⁵ enquanto práxis libertadora.

As rupturas, por outro lado, surgem com a nova fase de acumulação capitalista, marcada pela intensa exploração e expansão da fronteira das *commodities*. Isso gera novas tensões sociais, ecológicas e políticas, e também fomenta resistências coletivas que contestam o modelo ilusório desenvolvimentista. Essas resistências expõem as contradições do “progresso econômico”, que destrói a biodiversidade, promove a grilagem de terras e ameaça os territórios, enquanto gera uma crise socioambiental que questiona a legitimidade desse modelo.

O VALE DAS CANCELAS: POPULAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS

As comunidades tradicionais que vivem no norte de Minas Gerais, em uma região de transição entre os biomas de Cerrado e Caatinga são caracterizadas como Geraizeiros. A comunidade situada geograficamente no Vale das Cancelas, *corpus* deste estudo, faz parte do território localizado ao Norte do Estado de Minas Gerais, quase divisa com a Bahia, mais especificamente no município de Grão Mongol. Destaca-se nesse território 73 comunidades e

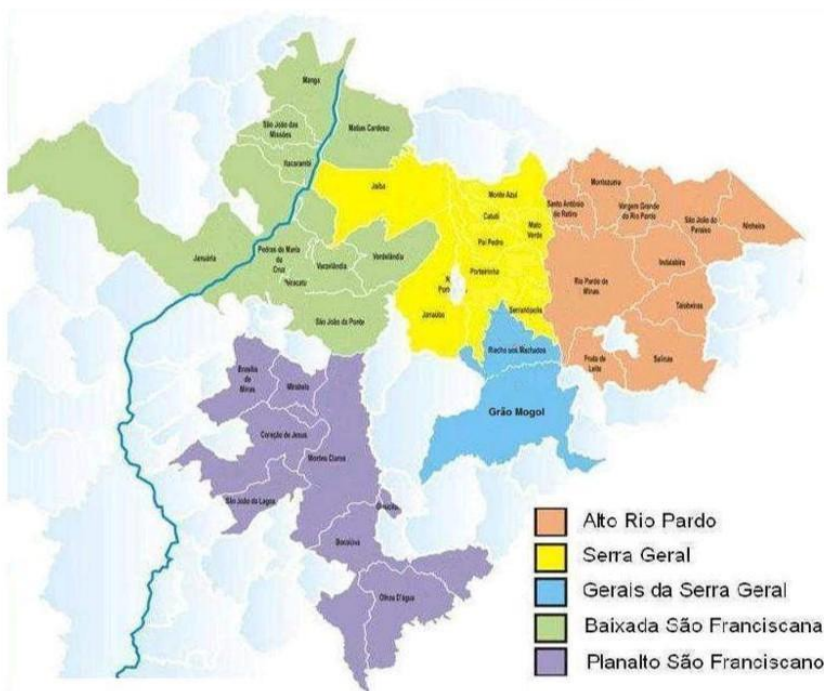
⁵ O decolonialismo tem como princípio que a independência política não acabou com instituições, hábitos e práticas coloniais.

1.805 famílias, distribuídas em núcleos comunitários limítrofes de Lamarão, Tinguí e Josenópolis (AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; e PACKER, Larissa Packer, 2023, p.8).

O mapa que abaixo, ilustra o Território Tradicional que abrange os municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis (MG), situado na Serra da Bocaina, representado no mapa pela cor amarela dos povos da Serra Geral.

Figura 1 – Mapa dos Povos tradicionais da Serra da Bocaina, Serra Geral.

Figura 1- Povos Tradicionais no Norte de Minas



Fonte: CAA (2005)

Fonte: FONSECA: (2014, p. 11.)

FONSECA:2014 faz um panorama histórico de como se sedimentou a população que hoje é denominada de Gerazeiros da porção norte do Estado de Minas Gerais, situada na região de Grão Mogol, Distrito do Vale das Cancelas da seguinte forma:

As inúmeras comunidades rurais dessa porção do território se reproduzem social e economicamente há pelo menos seis gerações. Até por volta da segunda metade do século XX, tais grupos permaneceram com um alto grau de independência em relação ao modelo de produção urbano-capitalista-industrial. (FONSECA, 2014, p. 11).

Essa população é profundamente identificada com o seu território de origem, por isso ganha a denominação de Gerazeiros. São povos tradicionais que conhecem a dinâmica ecológica do território, conhecendo as plantas do bioma de cerrado e parte de caatinga e seus ciclos hidrológicos. Os Gerazeiros conviviam comunitariamente preservando suas tradições e costumes, contexto que

só vai mudar a partir dos anos 60 do século XX, com a mudança da dinâmica de industrialização brasileira no qual registra-se diminuição da população rural, com a migração de parte desta população para as cidades em todo o país.

FONSECA, 2014 assevera que a partir da década de 1960, o avanço do modelo de produção urbano-industrial, rompeu de maneira definitiva as fronteiras do sertão, impulsionado pela consolidação do sistema capitalista de produção no Norte de Minas. Ainda segundo o autor, esse processo foi resultado de uma política desenvolvimentista de integração nacional que promoveu a dita modernização da agricultura brasileira (FONSECA, 2014, p. 11).

Como reflexo do modelo desenvolvimentista do estado brasileiro, na década de 1970, o Estado assume o papel de indutor do desenvolvimento econômico, com o avanço das novas fronteiras agrícolas. No caso do Norte de Minas Gerais e parte do Sudoeste da Bahia, essa *intelligentsia*⁶, fica evidenciada pelo incentivo do manejo da monocultura silvícola do eucalipto no Norte de Minas e Sudoeste da Bahia, gerando uma luta dos povos tradicionais e da agricultura familiar para manter a sua identidade, por meio da agricultura agroecológica, da preservação de sementes crioulas, etc., que se mantem até os dias atuais, no âmbito da Serra Geral.

À vista disto, os povos tradicionais povoaram esta região há séculos, desde o extermínio dos povos ancestrais. Porquanto assimilaram partes das culturas e manejos do ambiente destes últimos, e formaram uma identidade cultural única, que hoje se vê ameaçada pelo apetite voraz do capital e seus representantes. Esse processo possibilitou a formação de grupos na região, que construíram identidades territoriais baseadas nos diferentes usos da terra. Dentre esses grupos estão os Geraizeiros, Caatingueiros, Vazanteiros e Barranqueiros, cada um com uma forma distinta de apropriação dos espaços que habitam (OLIVEIRA & FERREIRA, 2022, p. 43).

Dando um salto cronológico, mas que registra a luta e resistência dos povos tradicionais no território, a década de 1990 foi marcada pela estagnação econômica e, seguiu até período inicial do século XXI (2000-2001). Neste período entra em cena um ator global em franco desenvolvimento capitalista do continente asiático, a China. Sua economia em pródigo desenvolvimento necessita de muitas matérias-primas minerais. Tal cenário esta posto em BRASIL (2003, p.18) que evidencia: o *boom* das *commodities* ocorre no período de (2003 a 2011), e o pós-*boom* se dá na década seguinte compreendendo o período de (2012 a 2020).

Esta nova dinâmica econômica provocou uma busca por reservas de minerais em outras regiões com potencial minerador. Por conseguinte, as comunidades tradicionais que tem sido

⁶ *Intelligentsia* aqui, refere-se a um grupo de pessoas, ou Estado que se envolve em atividades intelectuais criativas e complexas, com o objetivo de desenvolver e disseminar a cultura. Nesse caso a contracultura do desenvolvimento econômico, em detrimento da cultura tradicional. (Comentário do autor)

assediadas pelo capital econômico têm se mobilizado por meio dos movimentos sociais.

Faz-se *mister* descartar ainda, que a partir da segunda metade do século XX, irrompeu-se este modelo de desenvolvimento que foi implantado com a finalidade de impulsionar o rentismo capitalista, transformando o perfil das comunidades, que mesmo assim resistiram, mesmo sendo afetados pelo modelo imposto até os dias atuais.

No Norte de Minas, as políticas de desenvolvimento implantadas no período, promoveram a mercantilização da terra e a transformação das relações de trabalho, que antes se baseavam na reciprocidade e solidariedade, que é uma das características dos povos tradicionais, para um modelo assalariado capitalista.

Esse quadro histórico marcou sobremaneira a expansão das relações capitalistas de produção, trazendo profundas mudanças no modo de vida camponês, o que reflete na divisão social do trabalho, conforme Fonseca, 2014. O autor afirma que esse modo de vida tradicionalmente se estruturava em um sistema de produção voltado para atender às necessidades da família e da comunidade, com base em laços de parentesco, compadrio e uma estreita conexão com o ecossistema local. (FONSECA, 2014, p. 11).

Os dias atuais apontam que, para a centralidade do estudo em tela, daremos foco à propriedade e posse rural no Território do Vale das Cancelas e suas implicações com a possibilidade de instalação da indústria da mineração. Por isso, faz-se necessário salientar que desde o ano de 2010, os Geraizeiros resistem aos desafios relacionados à monocultura de eucalipto, agravados pela presença de empresas e grileiros que causaram impactos sociais e ambientais nefastos na região, na mesma medida em que a exploração do minério de ferro se apresenta como contenda a ser enfrentada pelos pequenos produtores locais.

Desde 2010 as comunidades geraizeiras do Vale das Cancelas fortalecem um processo de rearticulação para a retomada e a titulação de seu território tradicional, frente aos conflitos com as empresas grileiras monocultoras de eucalipto. No enfrentamento ao modelo hegemônico de 'desenvolvimento', o Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas abrange mais de 200 mil hectares de Cerrado, nos quais as comunidades em movimento lutam pela conservação das águas, biodiversidade, pela sua economia e modo de vida tradicional. (AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; e PACKER, Larissa Packer, 2023, p.8).

Muito embora promessas de “desenvolvimento” viriam com a exploração do minério de ferro na Serra Geral até a momento não se tem avanço na questão da regularização fundiária com a titulação das terras que permanece pendente. Além do mais, o Estado de Minas Gerais, não tem

demonstrado vontade de se implementar essa política pública essencial para garantir a preservação dos territórios dos Geraizeiros e de seu modo de vida tradicional (Grifo nosso).

O PROJETO BLOCO 8

O Projeto Bloco 8, da empresa Sul América de Metais (SAM), um empreendimento minerador no norte de Minas Gerais, especialmente na região do Vale das Cancelas, em Grão Mogol, mas que abrange os territórios dos municípios de Padre Carvalho e Josenópolis. O projeto, controlado pela chinesa Honbridge Holdings Ltda., envolve a exploração de minério de ferro em grande escala e exemplifica os desafios ambientais, econômicos e sociais do modelo de desenvolvimento extrativista na América Latina.

A Sul América de Metais SAM, empresa criada em 2006 como uma parceria entre a Votorantim Novos Negócios e a chinesa Honbridge Holdings Limited, visa explorar o potencial mineral do norte de Minas Gerais para atender à crescente demanda do mercado internacional, especialmente o chinês.

A empresa utiliza um discurso de desenvolvimento regional para justificar seus investimentos na região, afirmando que a extração mineral pode trazer oportunidades econômicas. “Apoiando-se no discurso de desenvolvimento regional, a Sul Americana de Metais S.A. (SAM) – empresa de mineração criada em 2006, controlada pela Votorantim Novos Negócios em parceria com a chinesa Honbridge Holdings Limited – desenvolveu o Projeto Vale do Rio Pardo” (FONSECA, 2014, p. 13).

A empresa afirma, que é uma empresa de mineração constituída no Brasil, porém como vimos, ela hoje é controlada por capital Chinês, é sediada nas Ilhas Cayman e com sua sede principal em Hong Kong, onde possui operação na bolsa de valores.

A chegada da empresa no mercado brasileiro é a partir da negociação que o Grupo Votorantim Novos Negócios, que negocia seu “Projeto Salinas” no norte de Minas Gerais, com a Honbridge Holdings Limited Chinesa no ano de 2010, com um negócio um negócio orçado em US\$ 430 milhões de dólares, (RIBEIRO, 2010).

Assim, o Projeto Bloco 8, idealizado pela Sul América de Metais (SAM) e controlado pelo capital chinês da Honbridge Holdings Ltda., insere-se no cenário de avanço das atividades minerárias no Brasil, vai atuar em áreas de onde moram povos tradicionais, como os Geraizeiros do Vale das Cancelas, no município de Grão Mogol, também em áreas pertencentes aos municípios de Padre Carvalho e Josenópolis, no norte de Minas Gerais, se tornando prioritário

tanto a nível do Estado de Minas Gerais, bem como no país com amparo na legislação.

O projeto representa a continuidade da exploração intensiva de minério de ferro que já ocorrem em áreas do Estado de Minas Gerais, como em Brumadinho e Mariana. Inicialmente foi concebido como Projeto Vale do Rio Pardo, que teve sua primeira versão apresentada em 2012, mas foi reconfigurado em 2019.

Essa reformulação surge no contexto de um ambiente regulatório enfraquecido, influenciado por políticas que priorizam um suposto desenvolvimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos direitos das comunidades locais: “O Projeto Bloco 8 tem origem no anteriormente denominado ‘Projeto Vale do Rio Pardo’, o qual era composto por uma área de mineração e uma usina de tratamento de minério localizadas na região norte de Minas Gerais.” (Relatório RIMA SAM, 2019, p. 7).

A reformulação do projeto de mineração Vale do Rio Pardo pela SAM Honbridge Holdings Ltda., com capital chinês, que resultou no "Projeto Bloco 8", revela uma estratégia que visa contornar desafios econômicos e ambientais, sem abrir mão da exploração mineral no norte de Minas Gerais: “As mudanças no escopo do projeto contemplaram importantes otimizações para promover a redução de impactos ambientais e o aumento de sua segurança operacional”. (Relatório RIMA da SAM, 2019, p. 7).

Mas o intuito da readequação do “Projeto Vale do Rio Pardo” para o “Projeto do Bloco 8”, pode ser compreendido na perspectiva de amainar os impactos ambientais, que viria se o Mineroduto que atravessaria a extensão do Rio Pardo, passando pelo Baixo, Médio e Alto Rio Pardo, para o transporte do minério de ferro até o Porto Sul em Ilhéus no Sul da Bahia, perpassando por nove municípios no norte do Estado de Minas Gerais e 12 municípios no Sul e Sudoeste do Estado da Bahia, o que traria mais resistência ao projeto, pois atingiria mais outras duas regiões de outro Estado e afetaria ainda mais um Rio que já sofre impactos ambientais por causa dos barramentos e falta de revitalização de suas matas ciliares e preservação das nascentes.

NEOEXTRATIVISMO, REPRIMARIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA

O Projeto Bloco 8 ilustra a dependência econômica do Brasil em relação às exportações de matérias-primas, especialmente o minério de ferro, e evidencia a inserção subordinada do país na economia global, o que Svampa denomina de “reprimarização econômica” (SVAMPA, 2019, p. 37). Este fenômeno ocorre quando o Brasil concentra suas políticas de desenvolvimento na extração de recursos naturais de baixo valor agregado para atender à demanda externa, notadamente da

China.

Esse modelo de crescimento prioriza interesses globais e assegura que economias, como a chinesa, tenham acesso contínuo a matérias-primas baratas, enquanto o Brasil mantém-se preso a uma lógica de exportação primária. Como Svampa ressalta, “tal efeito de ‘reprimarização’ foi agravado pelo crescimento da China, potência que rapidamente se impõe como sócio desigual da América Latina” (SVAMPA, 2019, p. 37).

A conexão entre o Bloco 8 e os interesses econômicos chineses ilustra como a China, ao investir em projetos mineradores no Brasil, consegue garantir seu crescimento industrial, extraindo matérias-primas essenciais a preços competitivos. Esse arranjo perpetua uma posição desigual para o Brasil na economia mundial: enquanto os lucros oriundos da exportação beneficiam investidores internacionais, os impactos socioambientais são absorvidos pelas comunidades locais brasileiras, que convivem com danos ambientais e sociais.

O modelo extrativista, além de fragilizar a diversidade econômica do país, não oferece benefícios duradouros às populações locais e contribui para a perpetuação de uma dependência econômica, sem promover desenvolvimento equitativo ou inclusivo.

A exploração intensiva e a consequente reprimarização econômica do Brasil, exemplificadas pelo Bloco 8, alinham-se diretamente à lógica do neoextrativismo. Segundo Svampa, o neoextrativismo é uma forma de exploração natural que fortalece a subordinação econômica dos países periféricos aos centros globais de poder.

Ela observa que “o neoextrativismo nos permite ler o processo de reconfiguração global, que a partir da periferia, vai traduzindo na expansão das fronteiras das commodities e por uma reprimarização vertiginosa das economias” (SVAMPA, 2019, p. 31).

Nesse contexto, o foco brasileiro em atender à demanda internacional – e especificamente a chinesa – apenas reforça essa condição, pois, conforme aponta Svampa, “(...) o neoextrativismo é uma janela privilegiada que nos permite realizar uma leitura em termos geopolíticos a partir do declínio relativo dos Estados Unidos e da ascensão da China como potência global” (SVAMPA, 2019, p. 31).

Assim, a crítica ao modelo extrativista de desenvolvimento expõe as consequências de uma economia voltada para a exportação de commodities. Svampa argumenta que essa reprimarização das economias latino-americanas perpetua a dependência externa e subordina os países ao cenário global, onde os recursos são escoados para atender a economias centrais sem que benefícios significativos sejam percebidos pelas regiões de exploração.

O Projeto Bloco 8, ao servir principalmente aos interesses econômicos chineses, ilustra como o Brasil permanece preso a um ciclo de exploração de recursos sem retorno direto em

desenvolvimento local, contribuindo para a consolidação da China como potência global e para a continuidade de uma estrutura econômica desigual.

SVAMPA (2019) ainda critica o extrativismo ao observar que ele é frequentemente apresentado como um motor de desenvolvimento, sustentado pela ideia de vantagens comparativas, mas, na realidade, traz apenas uma “ilusão desenvolvimentista”.

Para Svampa, essa percepção equivoca-se ao acreditar que o boom das commodities, aliado à ação reguladora do Estado, poderia gerar progresso sustentável. Ela identifica esta postura como uma falsa visão de avanço, pois, em última instância, o extrativismo leva a uma “(...) gestão ambiental questionável, marginalização de comunidades locais e concentração de riqueza” (SVAMPA, 2019, p. 27).

Esse cenário reflete o risco de que o crescimento promovido por projetos como o Bloco 8 não traga benefícios reais para a qualidade de vida das populações locais. Ao invés de desenvolvimento inclusivo, Svampa argumenta que o modelo extrativista apenas aprofunda a dependência do Brasil em relação a exportações de baixo valor agregado, reforçando a desigualdade socioeconômica.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

De acordo com o Relatório EIA/RIMA uma das características principais do Projeto é uma mina a céu aberto que segue os mesmos modelos de minas já em operação no Estado de Minas Gerais e no restante do país, porém a magnitude do tamanho das barragens que é o diferencial,

O Projeto Bloco 8, da Sul América de Metais (SAM), envolve um empreendimento de grande escala destinado à extração de minério de ferro no norte de Minas Gerais. Suas operações contemplam atividades de mina a céu aberto, além de uma usina para tratamento de minério que tem como objetivo aumentar o teor médio de ferro de 20% para 66,5% (Relatório RIMA da SAM, 2019, p. 8). A infraestrutura planejada inclui também barragens de água e de rejeito, além de adutoras de água e linhas de transmissão de energia elétrica.

As barragens de rejeito desse projeto são particularmente notáveis pelo tamanho e capacidade, refletindo a escala e os potenciais riscos ambientais da operação. Em comparação, Oliveira e Ferreira (2022) lembram que a barragem de Fundão, em Mariana, rompida em 2015, tinha capacidade de 54 milhões de m³ – um valor 20 vezes menor que o das barragens previstas no Bloco 8. Ainda mais impressionante, a Barragem I da Vale em Brumadinho, que colapsou em 2019, possuía uma capacidade de apenas 12 milhões de m³, sendo cerca de 93 vezes menor que o volume total estimado para o Bloco 8 (MAB, 2019; MPF, 2019).

A dimensão das barragens no Bloco 8 destaca o potencial impacto ambiental: a primeira barragem de rejeito ocupará uma área de aproximadamente 2,1 milhões de metros quadrados, enquanto a segunda se estenderá por cerca de 5,5 milhões de metros quadrados (Relatório RIMA da SAM, 2019, p. 27).

Esse dado levanta preocupações críticas sobre a segurança e o impacto socioambiental do projeto na área em que pretendem instalar a mina e a afetação as comunidades tradicionais que estão no entrono do futuro empreendimento. A repetição de um modelo de mineração que já demonstrou fragilidades graves, como os últimos exemplos em Brumadinho e Mariana no Estado de Minas Gerais, agora em escala muito maior, amplifica o risco de novos desastres.

Além disso, a ausência de garantias efetivas de fiscalização rigorosa em um contexto de desmonte dos órgãos ambientais e de fragilização das leis de proteção ambiental no Brasil agrava ainda mais a situação. A outra situação crítica é a captação de água para este empreendimento numa região que sofre com os impactos das mudanças climáticas e que já tem a escassez do recurso como o “novo normal”.

Água: a água utilizada para operação terá como fonte os reservatórios do rio Vacaria ou de Irapé (rio Jequitinhonha). Em Irapé, a SAM já possui autorização (outorga) da Agência Nacional de Águas - ANA, para o volume de 6.200 m³/h. A água bruta (sem tratamento) chegará direto na usina de tratamento de minério por meio de uma adutora. O cálculo de consumo de água da usina demonstra ser necessária a adução de água nova a uma taxa nominal de 5.171 m³/h nominal. Destaca-se que a usina recirculará mais de 94% da água que irá consumir. (Relatório RIMA da SAM, 2019, p. 32).

A utilização do recurso hídrico dos mananciais da região, pode comprometer a disponibilidade de água para as comunidades locais e os ecossistemas. Embora a recirculação de água seja uma prática desejável, com o reaproveitamento, reciclando o recurso, porém a extração de volumes significativos para a operação da usina pode afetar a qualidade e a quantidade da água disponível nos rios, que sofrem degradação há séculos e não estão recebendo nenhum projeto de recuperação e preservação de nascentes e seus afluentes, como córregos e riachos; impactando não apenas a biodiversidade, mas também as atividades de subsistência das populações que dependem desses recursos.

Embora o Projeto Bloco 8 ainda esteja em fase de mobilização e não tenha sido implementado, já é possível observar os potenciais impactos sociais que podem recair sobre as comunidades tradicionais dos povos Geraizeiros da região do Vale das Cancelas no Norte de Minas Gerais. Essas comunidades ainda não foram oficialmente deslocadas, mas a iminência do

projeto cria um clima de incerteza e apreensão em relação ao futuro de suas terras, meios de subsistência, tradições culturais e seu modo de vida, que como pontua Svampa:

De todas as atividades extrativistas na América Latina, a mais questionada é, sem dúvida, a mineração de metais em grande escala. Hoje em dia, não há um país latino-americano com projetos de mineração que não tenha conflitos sociais entre empresas e as lideranças comunitárias. (SVAMPA, 2019, p. 65-66).

O fato de o projeto ainda não ter sido executado não diminui os efeitos indiretos que ele já começa a gerar. A simples mobilização em torno do empreendimento tem alterado as dinâmicas sociais locais, com promessas de empregos e desenvolvimento, mas também com o risco de esvaziar a voz das comunidades nos processos de decisão. Esse cenário favorece a especulação fundiária, aumentando a pressão sobre territórios historicamente ocupados e ampliando a vulnerabilidade dessas populações frente à lógica econômica imposta pela mineração.

A ausência de deslocamento imediato não deve ser confundida com a ausência de impactos. O processo de mobilização do projeto cria um ciclo de tensão e desgaste psicológico nas comunidades, que passam a viver sob a ameaça constante de perder suas terras e modos de vida.

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NAS COMUNIDADES LOCAIS

Movimentos de resistência socioambiental têm sido articulados pela comunidade local, movimentos sociais e ONGs para se oporem a forma que querem implementar o Projeto Bloco 8, sem discursões que ouça as comunidades a serem atingidas, o que é visto como ameaça ao meio ambiente e aos direitos territoriais das comunidades. Organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, o Fórum em Defesa do Rio Pardo e a Solidariedade e Educação (FASE) têm se mobilizado para proteger esses direitos e tendo como garantia a preservação ambiental das Tradições Culturais destes povos. (AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; e PACKER, Larissa Packer, 2023, p.2). Vale ressaltar que estas são as principais entidades que atuam na mobilização, porém outros coletivos e grupos participam solidariamente.

O Decreto Federal 5051 de 2004, que regulamentava a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Decreto 10.088 de 2019, a Convenção da OIT garante as comunidades aos povos e comunidades tradicionais a serem consultados e participarem das tomadas

decisões em ações que impactem o seu modo de vida e suas tradições, o Ministério Público Estadual do Estado de Minas Gerais, encaminhou a Recomendação Conjunta nº 01/2022 a Secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), assinada pelos Promotores Caio César Espírito Santo do Nascimento Promotor de Justiça 1ª Promotoria de Justiça de Salinas e Thiago Diniz Moura Promotor de Justiça Promotoria de Justiça de Grão Mogol que “CONSIDERANDO que até o momento não foi realizada a consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas pelo empreendimento Projeto Bloco 8;”(Recomendação Conjunta nº 01/2022, MPENMG, p. 7).

O que é impactante é que a licença ambiental foi expedida sem a consulta prévia aos povos tradicionais, que serão atingidos pelo Projeto do Bloco 8, esta consulta deveria ter ocorrido antes ou concomitante ao processo de elaboração da EIA/RIMA. Assim, a atuação do Ministério Público como órgão do Estado que fiscaliza e protege os interesses públicos, aqui representado pelos direitos sociais das população tradicional dos Geraizeiros do Vale das Cancelas.

O Ministério Público cumpre seu dever que é imputado pela Constituição Federal, sendo essencial para a mediação dos conflitos socioambientais, seja no questionamento das fases/etapas do Licenciamento Ambiental do Projeto do Bloco 8, que não ouviu e nem a participarem das decisões que impactem no modo de vida dos povos tradicionais afetados pelo empreendimento minerário. Em paralelo a este processo de “silenciamento” das comunidades SVAMPA (2019) comenta:

Se fizermos uma lista, poderemos ver como se ampliou o campo de batalha a partir das demandas ambientais: hoje existem movimentos socioambientais contra a mineração a céu aberto de larga-escala em toda a América Latina, redes de ativistas que denunciam os impactos sócio-sanitários dos agroquímicos, organizações camponesas-indígenas e coletivos de pobres urbanos que denunciam o racismo ambiental e se opõem à conversão de seus territórios e/ou bairros populares em zonas de sacrifício (...) (PEREIRA & LAMAS, 2022, p. 4).

Deste modo, a expansão das demandas ambientais na América Latina gerou uma ampla mobilização socioambiental contra práticas extrativistas e poluidoras, que agridem os territórios dos povos tradicionais, como a mineração em larga escala e o uso de agroquímicos. Esses movimentos socioambientais, além de destacarem os impactos ambientais, abordam os efeitos sociais e sanitários, dando voz a grupos historicamente marginalizados, incluindo comunidades indígenas, povos tradicionais, camponesas e urbanas de baixa renda.

Ao protestarem contra a transformação de seus territórios em “zonas de sacrifício”, esses coletivos denunciam um racismo ambiental estrutural, no qual os efeitos negativos de tais atividades

recaem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis. A crítica está na resistência à lógica desenvolvimentista que prioriza ganhos econômicos imediatos à custa de graves impactos para o ambiente e a saúde pública, o que reflete uma luta por direitos e justiça ambiental que respeite o modo de vida dos povos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, projetos como o Bloco 8 no Norte de Minas Gerais exemplificam a continuidade de um modelo extrativista que, embora adaptado às demandas contemporâneas, ainda promove a dependência econômica e a degradação ambiental nas áreas impactadas, atendendo, principalmente, à demanda externa, especialmente da China. A flexibilização das normas ambientais que já vinham sendo desmontadas mas que se agravaram pós Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, comum congresso com a acessão de segmentos da extrema direita, facilitou o avanço de empreendimentos desse porte em áreas sensíveis, onde vivem comunidades tradicionais, como os Geraizeiros do Vale das Cancelas. Essas políticas, consolidando-se a partir de 2019, intensificaram a autorização de grandes projetos de mineração, por meio de decretos que flexibilizam o licenciamento, como o decreto 10.657 de 2021, incentivando a extração de minerais estratégicos.

O caso do Bloco 8, operado pela Sul América de Metais com capital chinês, revela um modelo de exploração que beneficia prioritariamente interesses internacionais, mantendo o Brasil na posição de exportador de matérias-primas e reforçando a reprimarização da economia nacional e isso se dá com consequência da desindustrialização que vem ocorrendo nas últimas décadas no país.

Esse panorama evidencia as contradições do neoextrativismo no Brasil: enquanto promove o crescimento e a integração global, desconsidera o impacto ambiental e social nas regiões exploradas. Como aponta SVAMPA (2019), esse modelo representa uma “ilusão de desenvolvimento” que apenas aprofunda desigualdades e degrada o ambiente. Alternativas como sistemas agroecológicos e o ecoturismo comunitário mostram-se promissoras, pois respeitam o meio ambiente e o modo de vida tradicional, ao passo que políticas de educação ambiental fortalecem a solidariedade das comunidades locais.

O estudo reforça, assim, a urgência de se adotar práticas econômicas que transcendam o extrativismo predatório, promovendo justiça e proteção dos direitos das comunidades afetadas. Somente com um desenvolvimento equitativo e inclusivo é possível garantir tanto a preservação dos recursos naturais quanto o bem-estar das populações tradicionais, respeitando as características únicas dos territórios.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; e PACKER, Larissa Packer. Eco-genocídio no Cerrado. In: Acusação Final. Fascículo nº 07.2023.

Atlas do problema mineral brasileiro. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. 2023. Disponível em: https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2023/06/ATLAS_Final_Online.pdf Acessado em 29 de Outubro de 2024.

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM). 2005.

FONSECA, Graziano Leal. Mineração no norte de Minas [manuscrito]: gerais e geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol/MG / Graziano Leal Fonseca. – Montes Claros, 2014.

Ministério Público Estadual de Minas Gerais, Atos e Normas, Promotoria de Justiça de Salinas e Promotoria de Justiça de Grão Mogol, Recomendação Conjunta nº 01/2022, março de 2022.

No colapso, mas contra a distopia: alianças globais de lutas por justiça ecossocial e econômica no Antropoceno: entrevista com Maristella Svampa. Liinc em Revista, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5932, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5932. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5932>. Acesso em: 29 out. 2024.

OLIVEIRA, Bruna França; FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. AÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRITÓRIO TRADICIONAL GERAIZEIRO DO NORTE DE MINAS GERAIS. Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 9, nº 20, pp. 40-61, janeiro-abril de 2023. Submissão em: 08/06/2022. Aceito em: 15/02/2023.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

RIBEIRO, Ivo. Chineses compram projeto de Minério de Ferro em Minas Gerais. Jornal O Globo. 21/01/2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/chineses-compram-projeto-de-minerio-de-ferro-em-minas-gerais-3065595>. Acessado em 31 de outubro de 2024.

RIMA, Projeto Bloco, 2019. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2019/3412920170012019/7838422019.pdf>. Acesso em: 29 de Setembro 2024.